

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01177/2018)

DEVEDOR

Ente Federativo/UF:	Santo Antônio de Pádua/RJ	CNPJ:	29.114.139/0001-48
Endereço:	Praça Visconde Figueira 57	CEP:	28470-000
Bairro:	Centro	Fax:	
Telefone:	(022) 3851-0005	Complemento:	
E-mail:	prefeitura@santoantoniodepadua.rj.gov.br	Data início da gestão:	01/01/2017
Representante legal:	Josias Quintal de Oliveira		
CPF:	049.187.897-49		
Cargo:	Prefeito		
E-mail:	prefeitura@santoantoniodepadua.rj.gov.br		

CREDOR

Unidade Gestora:	Fundo de Aposentadoria e Pensões do Servidor do Município de	CNPJ:	39.421.813/0001-90
Endereço:	Rua Prefeito Eugenio Leite Lima nº 82	CEP:	28470-000
Bairro:	Centro	Fax:	(022) 3851-0077
Telefone:	(022) 3851-0077	Complemento:	Diretor
E-mail:	fap@santoantoniodepadua.rj.gov.br	Data início da gestão:	10/02/2017
Representante legal:	Marfran Lopes Ribeiro		
CPF:	244.058.847-49		
Cargo:	Presidente		
E-mail:	fap@santoantoniodepadua.rj.gov.br		

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 3.835/2017 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Fundo de Aposentadoria e Pensões do Servidor do Município de Santo Antônio de Pádua é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Santo Antônio de Pádua da quantia de R\$ 2.162.844,89 (dois milhões e cento e sessenta e dois mil e oitocentos e quarenta e quatro reais e oitenta e nove centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal (200 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2016 a 03/2017, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Santo Antônio de Pádua confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 2.162.844,89 (dois milhões e cento e sessenta e dois mil e oitocentos e quarenta e quatro reais e oitenta e nove centavos), será pago em 200 (duzentos) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 10.814,22 (dez mil e oitocentos e quatorze reais e vinte e dois centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 10.814,22 (dez mil e oitocentos e quatorze reais e vinte e dois centavos), vencerá em 10/11/2018 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretroatável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 1,00% (um por cento), conforme Lei nº 3.030/2005.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados



**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01177/2018)**

desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 1,00% (um por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Santo Antônio de Pádua - RJ / 10/10/2018

Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua

Josias Quintal de Oliveira

Prefeito Municipal

Fundo de Aposentadoria e Pensões do Servidor do Município de Santo Antônio de Pádua

Mairan Lopes Ribeiro

Mairan Lopes Ribeiro
Diretor Presidente - FAP
Ato Executivo nº 342/2017

Testemunhas:



Mariana Bosco de Campos
Diretora Recursos Humanos
CPF: 124.087.297-69
RG: 23525915-7 DIC/RJ



Ricardo da Silva Miguel
Chefe de Gabinete
CPF: 041.902.377-10
RG: 115090 OAB/RJ

Mariana Bosco Campos
Diretor de Departamento Pessoal
e Recursos Humanos - FAP
Ato Executivo nº 348/2017

AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM

Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	01177/2018	Data	08/10/2018
Valor consolidado	2.162.844,89	Valor da prestação inicial	10.814,22
Número prestações	200	Vencimento 1ª prestação	10/11/2018

DEVEDOR

Ente Federativo	Santo Antônio de Pádua/RJ	CNPJ	29.114.139/0001-48
Representante Legal	Josias Quintal de Oliveira	CPF	049.187.897-49
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	03123
		Conta nº	71703-7

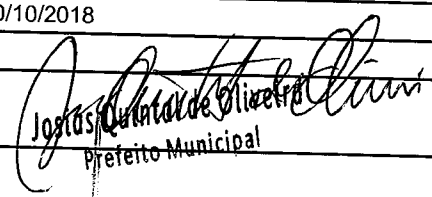
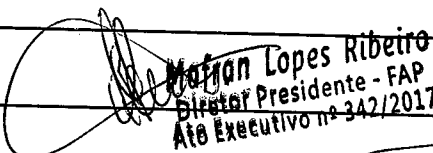
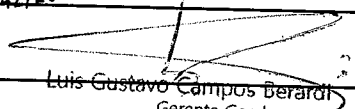
CREDOR

Unidade Gestora	Fundo de Aposentadoria e Pensões do Servidor do Município de Santo Antônio de Pádua	CNPJ	39.421.813/0001-90
Representante Legal	Marfran Lopes Ribeiro	CPF	244.058.847-49
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	03123
		Conta nº	176346

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, científica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:
 - 1.1 - das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;
 - 1.2 - das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.
2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:
 - 2.1 - Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.
 - 2.2 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.
 - 2.3 - Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.
 - 2.4 - O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.
3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.
4. Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Santo Antônio de Pádua/RJ - 10/10/2018

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO	
UNIDADE GESTORA	 Marfran Lopes Ribeiro Diretor Presidente - FAP Ato Executivo nº 342/2017
BANCO DO BRASIL (*)	 Luis Gustavo Campos Berardi Gerente Geral Matr. 6.365.821-6 CPF. 995.458.377-72

(*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula).



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

CNPJ: 29.114.139/0001-48
Ente: Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua / RJ
Título: Parcelamento Janeiro 2016/março 2017
Lei autorizativa do parcelamento: 3.835/2017

Número do acordo: 011777/2018

Data de consolidação do Termo: 08/10/2018
Data de assinatura do Termo: 10/10/2018
Data de vencimento da 1ª: 10/11/2018

Rubrica: Contribuição Patronal (200 meses)

Competência: Inicial: 01/2016 Final: 03/2017 Quantidade de Parcelas: 200

Diferença apurada: 1.778.846,40 Diferença apurada atualizada: 2.162.844,89

Valor da parcela na data de consolidação: 10.814,22

Critérios de atualização para consolidação do débito:

Índice: IPCA Taxa de juros: 0,50 am Tipo de juros: Simples Multa: 1,00 %

Critérios de atualização das parcelas vincendas:

Índice: IPCA Taxa de juros: 0,50 am Tipo de juros: Simples

Critérios de atualização das parcelas vencidas:

Índice: IPCA Taxa de juros: 0,50 am Tipo de juros: Simples Multa: 1,00 %



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

COMPETENCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%)	VARIACÃO(%)	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
01/2016	103.659,42	1,27	11,13	11.537,29	16,00	18.431,47	1.036,59	134.664,77
02/2016	104.195,77	0,90	10,14	10.565,45	15,50	17.787,99	1.041,96	133.591,17
03/2016	104.165,43	0,43	9,66	10.062,38	15,00	17.134,17	1.041,65	132.403,63
04/2016	106.368,67	0,61	9,00	9.573,18	14,50	16.811,57	1.063,69	133.817,11
05/2016	118.884,69	0,78	8,16	9.700,99	14,00	18.002,00	1.188,85	147.776,53
06/2016	126.540,17	0,35	7,78	9.844,83	13,50	18.411,98	1.265,40	156.062,38
07/2016	133.314,23	0,52	7,22	9.625,29	13,00	18.582,14	1.333,14	162.854,80
08/2016	137.135,09	0,44	6,75	9.256,62	12,50	18.298,96	1.371,35	166.062,02
09/2016	137.043,21	0,08	6,67	9.140,78	12,00	17.542,08	1.370,43	165.096,50
10/2016	137.216,10	0,26	6,39	8.768,11	11,50	16.788,18	1.372,16	164.144,55
11/2016	144.177,33	0,18	6,20	8.938,99	11,00	16.842,80	1.441,77	171.400,89
12/2016	0,00	0,30	5,88	0,00	10,50	0,00	0,00	0,00
13/2016	0,00		5,88	0,00	10,50	0,00	0,00	0,00
01/2017	142.691,59	0,38	5,48	7.819,50	10,00	15.051,11	1.426,92	166.989,12
02/2017	140.240,67	0,33	5,13	7.194,35	9,50	14.006,33	1.402,41	162.843,76
03/2017	143.214,03	0,25	4,87	6.974,52	9,00	13.516,97	1.432,14	166.137,66
TOTAL:	1.778.846,40			129.002,28		237.207,75	17.788,46	2.162.844,89



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

ENTE: Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua / RJ - 29.114.139/0001-48

Representante Legal: 049.187.897-49 - Josias Quintal de Oliveira

UNIDADE GESTORA: Fundo de Aposentadoria e Pensões do Servidor do Município de Santo Antônio de Pádua - 39.421.813/0001-90

Representante Legal: 244.058.847-49 - Marfan Lopes Ribeiro

TESTEMUNHAS:

Mariana Bosco

Nome: Mariana Bosco de Campos
Cargo: Diretora Recursos Humanos
CPF: 124.087.297-69

Data: 11

Assinatura:

Josias Quintal de Oliveira

Josias Quintal de Oliveira

Prefeito Municipal

Assinatura:

Marfan Lopes Ribeiro

Marfan Lopes Ribeiro

Diretor Presidente - FAP

Ato Executivo nº 342/2017

Ricardo da Silva Miguel

Nome: Ricardo da Silva Miguel
Cargo: Chefe de Gabinete
CPF: 041.902.377-10

Mariana Bosco Campos
Diretor de Departamento Pessoal
e Recursos Humanos - FAP
Ato Executivo nº 348/2017